

Se o leitor me pede reflexões ponderadas e racionais sobre os acontecimentos franceses, se espera comentários nutridos de informações e fecundos em conclusões, ou até se imagina que posso, no caso, trazer alguma aplicação da filosofia política que, mal ou bem, vivo apregoando, sou forçado a confessar que não posso atender à honrosa solicitação. O tempo é pouco para acompanhar o nacional delírio, nada sobrando para a loucura estrangeira. Além disso cumpre notar que é difícil opinar em matéria tão contingente e tão condicionada por fatos fortuitos que não possuímos em todas as suas dimensões. Posso dar sentimentos em lugar de razões, e o dominante é de mal estar. Não vejo com bons olhos o regime de plenos poderes conferidos ao general De Gaulle, embora não sinta a presente intervenção do heroi da resistência francesa como um movimento fascista. Será materialmente, mas não formalmente fascista; terá aspectos, aparelhos, dispositivos dos chamados regimes de direita; mas não me parece que tenha o específico, a marca totalitária, o caráter desumano e antinatural dos regimes que pretendem sobrepor o estado aos direitos do homem. Nem tudo o que reluz é ouro; nem tudo que cheira mal é fascista. A' boa filosofia política, que não pode ser feita de fórmulas esquematizadas e rígidas, não repugna a idéia de um regime de emergência quando as circunstâncias se tornam excepcionalmente graves; mas devemos acrescentar que a tendência geral da sã democracia é a de resistir, tanto quanto possível, à tentação de julgar excepcionais os fatos e de recomendar a ruptura das normas e dos quadros políticos. Justificará a atual crise francesa as medidas reclamadas pelo general De Gaulle? Não sei. Sei que há o perigo, o permanente perigo que é uma espécie de cansaço cívico e que leva ao totalitarismo quando se generaliza a idéia da ineficácia dos processos normais. Por essas e outras, não vejo com entusiasmo os plenos poderes dados ao general De Gaulle. Uma coisa, entretanto, repilo, com firme convicção: é a imputação de fracasso que tem sido feita, por causa da crise francesa, ao parlamentarismo. A crise ocorreu num país de regime parlamentarista, logo a causa da crise é a estrutura do regime — assim raciocina o barbaro mental que em toda a contiguidade de fenômenos vê relação de causa e efeito. Os estudantes medievais sabiam perfeitamente que não há nada mais grosseiro do que formular apressadamente, em vista de uma concumitância de fatos, a relação de causalidade. Como breve contra tal vício tinham a fórmula que o ridicularizava: cum hoc ergo propter hoc. Os intelectuais modernos são mais desprevidos e consequentemente mais desembaraçados, e por isso não faltaram vozes para proclamar em nosso meio a suposta demonstração da ineficácia do parlamentarismo. Um fenômeno social, como o que ocorre na França, não tem nunca a configuração de um puro efeito decorrente das operações de uma natureza; ao contrário, é sempre formado pela convergência de causas acidentais, de fatores, como hoje se diz, e a causa está mais na convergência, no encontro acidental, do que em cada um dos fatores. Na complexidade de fatores que formam a terrível salada que hoje chamam conjuntura, pode perfeitamente acontecer que algum deles funcione no conjunto como moderador ou até como opositor. Em outras palavras, poderíamos legitimamente sustentar a tese oposta à dos que vêem na crise francesa um fracasso do parlamentarismo, dizendo que pior seria a crise se outro fosse o regime; e só seria possível desempatar a questão se levassemos o estudo até os pormenores do dinamismo de fatores que produziu o episódio. Seja como for, reconhecemos que o dr. Raul Pilla tem motivos de sobra para se aborrecer: a necessidade de ter de explicar é sempre uma desvantagem, e quando a explicação exige um pouco mais de finura, como é o caso, então a má postura do militante se agrava. E por isso, lembrando que o número de barbaros é sempre muito maior do que o de civilizados mentais, concluímos que é ruim para nós o desenlace da crise francesa.

Há ainda na ocorrência um outro aspecto que me preocupa: o da repercussão. Como repetidamente tem ensinado Alceu Amoroso Lima, a repercussão é um dos mais importantes fatores na formação dos acontecimentos brasileiros. Nós dependemos do mundo muito mais do que pensam os nacionalistas. Material e espiritualmente somos subdesenvolvidos e sofremos desequilíbrio da balança comercial. Daí o meu fundado receio. Quando o fascismo parecia triunfante lá fora, triunfaram aqui dentro as formas fascistas que pudemos traduzir para o vernáculo. Tivemos o Estado Novo e as passeatas do sr. Plínio Salgado. Vencidos o nazismo e o fascismo, tivemos nós um surto de ideais democráticos e o próprio Plínio Salgado apareceu com a veste cândida do neo-convertido. Quando a Rússia soltou no ar uma bola, correu em todo o país uma brisa avermelhada de entusiasmo marxista. E' verdade que a cultura francesa já não exerce o

mesmo papel diretor de anos atrás — mas assim mesmo tenho medo da repercussão. Não vá o nosso general Lott descobrir em si alguma semelhança com De Gaulle, e no seu Novembro alguma parença com a resistência francesa! As eleições do Clube Militar não deram o resultado que ele esperava: os vencedores devem saber melhor do que nós que o resultado está longe de exprimir a maioria esperada. Saboreavamos nós a relativa felicidade da relativíssima vitória do Clube Militar quando nos chega a notícia do regime de emergência e de plenos poderes conferidos a um general.

De Portugal as notícias, e as repercussões, não são melhores. Lemos nas folhas que o candidato da oposição não conseguiu chegar à velha cidade de Braga, alegando o governo que o comício iria perturbar as cerimônias religiosas da sé de Braga. Essa piedade oficial nos dá uma amostra do que serão as eleições em Portugal: o candidato da oposição não tem o elementar direito de se locomover. Por aqui ainda conservamos a liberdade das pernas, mas perdemos a da voz. Nossos candidatos se movem, mas não falam; são agéis, mas taciturnos.

Está no Congresso, e creio que em regime de urgência, a questão da liberdade do Rádio e da Televisão. Qual será o desenlace? Não sei que espécie de influência podemos nós ainda exercer na mente dos senhores legisladores, mas creio que, com esperança ou sem ela, devemos todos gritar para que não se consuma a injustiça vergonhosa que dá a uma facção política o privilégio de tão preciosos instrumentos de divulgação. Está na hora de clamar, de lembrar aos senhores legisladores que é feio fazer trapaça, que é vil pactuar com a injustiça, que é ignobil lutar com ar-

mas desiguais e que é sórdido o comportamento do homem público que, por apego às posições, entrava o funcionamento dos órgãos de opinião pública. Devemos lembrar, e tornar a lembrar que Rádio e Televisão não são, como se tem dito, aparelhos de comunicação, no sentido que se aplica ao serviço postal e ao telefônico, e sim meios de difusão e notícia, e mesmo título que a Imprensa. Rádio e Televisão são jornais falados, e não podem ser tratados de outro modo sem inominável patifaria. A hora do Brasil está aí funcionando para a propaganda eleitoral de uma facção e para propaganda pessoal dos homens que detem o poder. Dizem eles o que querem e não nos deixam sequer apartear. Mentem e não podemos desmentir. Confundem a opinião pública e não podemos esclarecer. Num país com forte proporção de analfabetos que votam, por terem aprendido a rabiscar uma assinatura, a influência do jornal falado é muito maior do que a do jornal escrito, e assim sendo serão falsas, inexpressivas, as eleições feitas nesse regime de meia mordaga.

Convém lembrar aos senhores legisladores os compromissos de liberdades democráticas tomados pelo Brasil diante do mundo. Há uma dívida moral a pagar, há uma promessa a cumprir. Já não falando nos imperativos do direito natural e na dignidade da pessoa humana, que poderão parecer categorias abstratas demais, temos de zelar pela decência elementar que de nós exige o cumprimento da palavra dada. Está na hora de fazer onda, de exercer o direito de pressionar, de exigir dos representantes do povo uma medida trivial que nos livre da vergonha dos maus pagadores.